

Políticas sobre a língua portuguesa.

Do mundo até à FLUC

Graça Rio-Torto

Universidade de Coimbra, FLUC, Celga-Iltec

O pensamento crítico produzido sobre políticas para a língua portuguesa, apesar de abundante e de incisivo (Castro 2010; Feytor Pinto e Melo-Pfeifer 2019; Leviski 2018; Oliveira 2013; Reis, Laborinho, Leiria, Filipe, Pinheiro 2010), não tem logrado obter correspondência em práticas e em resultados que façam *jus* ao capital simbólico da 'língua de Camões', ao potencial económico e multicultural da mesma, nas manifestações pluricêntricas que assume no século XXI. Já em 2010, o homenageado neste volume afirmava em entrevista ao *Diário de Notícias*, que «Sem vontade política bem determinada e bem orientada, a política de língua reduz-se a afirmações sazonais que pouco mais são do que uma retórica vazia» e que não teve «conhecimento de avanços significativos em matéria de política de língua, nestes dois anos de presidência portuguesa» do bloco lusófono. E a avaliar pelo título da sua conferência em Maputo (03 maio 2019), a cujo texto não tive acesso, "A questão da lusofonia e a política de língua como projeto e como miragem", a situação, passada uma década, não terá ganho uma perspetiva mais risonha por parte do Professor Carlos Reis.

Todos quantos se dedicam a refletir sobre esta temática sublinham a necessidade de definição de uma política de longo prazo, acima das conjunturas governativas e, de preferência, plurinacional, pelo menos com os demais países de língua portuguesa, a bem de um sólido posicionamento da língua portuguesa no mundo, como língua de saber, de intercâmbio cultural e comercial, de

comunicação interpessoal de milhões de falantes em todos os continentes. Tanto quanto o valor económico de uma língua (Reto 2012), o seu valor cultural e simbólico é crucial para o fortalecimento da mesma e, neste capítulo, pouco tem sido providenciado por parte das instituições que, de alguma forma, 'tutelam' alguns dos destinos da língua portuguesa. Sabemos algo sobre a economia política associada ao valor da língua, sobre algumas das implicações do conceito de gestão na política linguística (Leviski, 2018); mas sobre os desígnios de governo da mesma, como património de cada nação que deve ser valorizado e monitorizado, nos diversos *fora* nacionais e internacionais, em função dos objetivos que para ela cada país tem, o que é conhecido fica aquém das expectativas.

Numa época de grande incentivo ao multilinguismo, de hegemonia do inglês como língua franca e de ciência, de forte e consistente implantação do castelhano e de ascensão bem programada do mandarim, torna-se mais intensa a concorrência interlinguística e, com ela, mais difícil a construção de um lugar de poder da língua portuguesa a nível transnacional. De nada serve que a língua portuguesa seja uma língua super-central, ao lado do espanhol, francês, árabe, mandarim, hindi, russo, se a língua portuguesa é descurada, nomeadamente no que toca ao 'controle da qualidade' da sua aprendizagem formal, nas políticas educativas de cada país que a tem como língua materna, segunda ou oficial e/ou se no resto do mundo o seu ensino e a sua aprendizagem são erráticos, conjunturais, e não objecto de rigorosa planificação e promoção, em vista ao cumprimento de objetivos estruturais de política de língua.

Que objetivos específicos de promoção e de expansão da língua portuguesa no mundo pretendem as instâncias governamentais portuguesas alcançar?

No portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), um dos mais dinâmicos na difusão da língua

portuguesa no mundo
(<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/lingua-e-cultura-portuguesas>), explicita-se que «O trabalho do MNE nestes domínios [prossecação de uma política de ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro] é essencial na afirmação do país no plano externo. A promoção da língua portuguesa como veículo de comunicação internacional, diplomático e científico, a manutenção de níveis de exigência e de excelência no ensino da língua em todo o mundo, a divulgação da cultura portuguesa, em particular, e lusófona, em geral, são apenas alguns dos planos em que se desenvolve este trabalho.»

Em outubro de 2017, o Ministério dos Negócios Estrangeiros lançou o programa de “Empresa Promotora da Língua Portuguesa”, que pode ser atribuído a qualquer empresa que faça doação de uma contribuição pecuniária destinada à promoção da língua portuguesa (<https://www.instituto-camoes.pt/activity/parcerias/empresas-promotoras-da-lp>). Bolsas de estudo, apoio a atividades de investigação, de ensino e de divulgação, são algumas das modalidades de que se pode revestir esse programa. Trata-se de uma iniciativa promocional interessante para todas as partes envolvidas, e com potencial para ser bem promissora. Todavia, não disponho de dados sobre os resultados deste programa, sobre a sua eficácia, à luz dos objetivos do programa geral de promoção da língua portuguesa pelo MNE.

Além desta iniciativa, como se operacionalizam os desideratos de promoção da língua portuguesa como veículo de comunicação internacional, diplomático e científico? O ensino de português como L2 nos países africanos de língua oficial/veicular portuguesa, tão pouco acarinhado por Portugal e pelo Brasil, não mereceria um enquadramento e um lugar reforçado e diferenciado? Em plena época de pandemia por covid-19, em que o ensino à distância vem sendo globalmente utilizado como recurso

não despreciando, não será possível futurar formação intensiva de agentes educativos e de professores em regime de *e-learning*, que poderá prosseguir para outras modalidades formativas, caso haja possibilidades logísticas, económicas e políticas? Trata-se de uma zona de atuação premente, a todos os níveis, e a carecer de organicidade.

Ivo de Castro diferencia quatro vertentes bem diferenciadas da política de internacionalização do português: «As quatro distintas políticas de internacionalização do português são: uma política *européia*, uma política *global*, uma política para o espaço *lusofalante* e finalmente, sem paradoxo, uma política de internacionalização para o espaço *nacional*» (Castro, 2010: 65). Bom seria se estas quatro vertentes, reconhecidamente relevantes, fossem objeto de uma clarificação por parte das autoridades governamentais, no sentido de os cidadãos e as instituições melhor conhecerem os horizontes e as projeções que as instâncias de poder têm para o idioma nacional.

Num relatório consagrado à *A internacionalização da língua portuguesa: para uma política articulada de promoção e difusão*, e cuja elaboração foi coordenada pelo homenageado, preconizam-se as seguintes prioridades estratégicas (Reis 2010: 35-36):

1. Concertação (a todos os níveis e em todas as geografias, envolvendo o ensino, as instituições, as parcerias estratégicas com agências/agentes culturais e económicos)
2. Racionalização instrumental, materializada na «adopção de iniciativas destinadas a redimensionar, a rearticular ou a reestruturar entidades que, em diversos sectores do Estado [...] intervêm no processo de internacionalização da língua portuguesa, não raro sob o signo da dispersão». (Reis 2010: 35-36)
3. Legitimação, entendida como «o processo de implementação de medidas cujo propósito último é

conferir credibilidade, reconhecimento público e “valor acrescentado” às acções de afirmação internacional da língua e da cultura portuguesas [...]» (Reis 2010: 35-36)

4. Formação (desde logo de docentes)

5. Modernização, com renovação da imagem de Portugal e da sua cultura no estrangeiro.

Um tal elenco de medidas estratégicas, se operacionalizado de modo consistente e orgânico, proporcionaria uma valorização da língua portuguesa mais consentânea com o peso demográfico e económico que ela ocupa à escala global. Mais complexa e onerosa é a dimensão geopolítica, que, necessariamente, acompanha e espalda a afirmação de uma língua no concerto global das nações e de seus idiomas.

Oliveira 2013, tomando como parâmetros (i) a centralização ou não da Norma, (ii) o protagonismo ou não da ex-potência colonial, (iii) a relação entre Estado e Mercado na promoção da língua, e (iv) a expansão ou retração em mercados linguísticos determinados, diferencia os modos de gestão das grandes línguas de forma a traçar o seguinte quadro, cujas palavras reproduzem o texto do autor:

Quadro 1. Modos de gestão na francofonia, na hispanofonia, na lusofonia e na anglofonia, segundo Oliveira 2013: 420-421

FRANCO FONIA	<ul style="list-style-type: none">• «Norma centralizada, protagonismo da ex-potência colonial. Estado forte, mercado médio, ajudado pelo Estado, que financia a presença da língua com importantes recursos do orçamento público. Custos crescentes e recursos limitados para financiamento da presença da língua.»• «Perda constante de presença em nichos
-----------------	--

	centrais para o inglês, perda de funções e presença em nichos com outras línguas crescentes (árabe, espanhol)»
HISPANO FONIA	<ul style="list-style-type: none"> • «Norma centralizada, protagonismo da ex-potência colonial; ação estatal forte de Espanha, e fraca no conjunto dos países falantes da língua [...]. Mercado forte e forte orientação mercadológica, aproveitamento de recursos da União Europeia para a promoção do Espanhol e atrelamento dos demais países a um mercado consumidor cativo controlado em muitos setores pela ex-potência colonial.» • «Ganho de presença frente à língua hipercentral e demais concorrentes do mesmo nível.»
LUSO FONIA	<ul style="list-style-type: none"> • «Norma descentralizada e dual, Estado fraco, com protagonismo cindido da ex-potência colonial, válido só para a parte menor do mercado linguístico (PALOP e Timor-Leste), mas não para o Brasil. Promoção externa igualmente dual – Portugal e Brasil – sem participação dos demais países, mercado fraco em todos os países, mas em fortalecimento.» • Ganho constante de presença em nichos secundários (mercados periféricos), avanço em mercados restritos sobre o espaço de outras línguas de mesmo nível, por exemplo, sobre o mercado do francês como língua estrangeira. Perda de âmbitos em alguns países da CPLP, como a que ocorre em Cabo Verde com o avanço do crioulo cabo-verdiano e ganho de proficiência, como o que ocorre em Angola e Moçambique com a extensão da escolaridade.»
ANGLO	<ul style="list-style-type: none"> • «Norma descentralizada apoiada no uso ou nos usos, ações descentralizadas de promoção via mercado, com uma certa especialização entre

FONIA	<p>os países, sem protagonismo da ex-potência colonial; Estados a serviço de um mercado forte, capaz de captar as condições de hegemonia veicular da língua.»</p> <ul style="list-style-type: none"> • «Manutenção do papel e funções de língua hipercentral do sistema mundial, com ganho de importância sobre as funções acroletais de línguas super-centrais, centrais e periféricas, como por exemplo: torna-se língua da ciência em países que abrem mão da sua própria língua nacional neste registro, como a Holanda ou os países escandinavos.»
-------	--

A observação deste quadro, que reflete o pensamento e replica as palavras de Oliveira, revela que a hegemonia veicular da língua inglesa, língua hiper-central a nível global, não é afetada pela pulverização de normas assentes nos usos. Já a centralização que se verifica com as línguas francesa e castelhana, em ambos os casos com forte protagonismo das ex-potências coloniais, tem resultados diferentes: não obstante o influxo de amplos recursos orçamentais por parte do Estado, a língua francesa regista perda de protagonismo; ao invés, numa situação paralela por parte do Estado Espanhol, a língua castelhana tem acusado crescente destaque e uso face ao inglês e a algumas línguas concorrenciais.

No caso da língua portuguesa, a descentralização que a dualidade de normas e de protagonistas (Brasil e Portugal) comporta não se tem traduzido em ganhos significativos, a não ser em mercados restritos e, através de uma aposta mais consistente na escolarização, em Angola e Moçambique.

Num texto que considero lapidar, Gilvan Müller de Oliveira, que foi durante dois mandatos Presidente do Instituto Internacional da Língua da Portuguesa, tem uma visão estratégica de grande alcance para a afirmação da

língua portuguesa do Brasil, que conta com as seguintes medidas, cujo teor se reproduz (Oliveira 2013: 429-430):

«1. Aumentar o potencial de internacionalização da e via língua portuguesa, pelos desdobramentos das relações internas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seus países associados [...] ou candidatos a observadores [...], o *Fórum de Macau*, entre a China e sete países de língua portuguesa, os cinco blocos econômicos onde o português é oficial (União Europeia, MERCOSUL, CEDEAO, CEEAC, SADC e, em breve ASEAN), e que se inserem no quadro das 26 organizações internacionais em que o português é oficial, com foco especial nos grandes e importantes blocos geopolíticos com os BRICS, que envolvem grande parte da população mundial (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), para além das diásporas;

2. Aprofundar a aliança estratégica entre o português e o espanhol, língua de 21 países em três continentes, e com potencial de intercompreensão e interoperatividade que otimiza o investimento de tempo e esforço, e com amplas condições de política de reciprocidade, como no caso da relação entre Brasil e Argentina, e com o que se otimiza também mais ainda a língua portuguesa como canal de internacionalização;

3. Melhorar a interatividade em inglês, para conexão com produção científica e tecnológica estratégica e para tradução da pesquisa científica produzida em português para aquela língua, de modo, também, a tornar a produção dos PLP disponível em um mercado linguístico maior. Melhorar a interatividade em inglês pode ter um potencial considerável de reciprocidade, em se apostando em relações com Índia e África do Sul,

por exemplo, países de língua inglesa com importantes centros universitários e de ensino a distância e membros dos BRICS e do IBAS, que permitem acordos educacionais e de pesquisa mais aprofundados; [...]»

Deste texto programático, sublinho não apenas a proposta de promoção da língua portuguesa nos blocos geopolíticos e geoeconómicos onde a língua portuguesa tem assento e/ou interesse em se afirmar e consolidar, como sobretudo a aposta na parceria estratégica com o espanhol, que é maximamente rentável pelo facto de a língua castelhana ser falada por muitos milhões de falantes, ser próxima da portuguesa e, mais ainda, por dispor de uma rede de centros de ensino muito ampla e permitir o acesso a um alargado universo de aprendentes potenciais de português os quais, com um investimento de baixo custo linguístico, podem facilmente ganhar proficiência acrescida em mais uma língua, de alcance global. Em termos universitários, muitos departamentos de espanhol espalhados pelo mundo albergam também o português, o que representa uma mais valia de rendibilidade ímpar.

Outra proposta muito perspicaz prende-se com o investimento no conhecimento de inglês que a maior parte dos jovens tem, por via da inclusão desta língua nos planos curriculares desde o ensino básico; sendo uma língua que contém um vasto universo lexical de origem greco-latina e, como tal, comum às línguas românicas, muito ganharia o conhecimento da língua portuguesa em ser confrontado com o da língua inglesa, nessa sua vertente não anglo-saxónica. Ademais, tratando-se de uma língua amplamente ensinada no mundo, os ganhos com o conhecimento produzido em termos pedagógicos para o ensino/aprendizagem do inglês podem facilmente ser adaptados para outras línguas.

É agora chegado o momento de refletir já não sobre a promoção externa do português, mas sobre a sua promoção interna, junto da comunidade que fala a Língua Portuguesa como língua materna.

A qualidade do ensino de Português nas escolas básicas, secundárias e universitárias, não pode nunca ser descurada e objeto de uma séria e continuada avaliação.

No presente, têm acesso ao Ensino Universitário alunos falantes de português como língua materna com competências linguísticas sólidas e diferenciadas, mas também muitos alunos que, no pólo oposto, produzem textos de péssima qualidade linguística e comunicativa. Para o exemplificar, transcrevo (com pontuação e *ipsis verbis*, apenas tendo eu omitido o topónimo, que aparece sinalizado com XXXXX) um texto de um e-mail de um aluno meu, de 2020, do 1º ciclo, que entrou na UC com classificação de 15,6 valores/20; a destinatária deste texto era eu, professora do exame presencial a que nele se alude, mas que nem sequer é mencionada no interior da mensagem:

Quadro 2. Mail de aluno de 1º ciclo da FLUC, endereçado a Docente da FLUC (ano escolar 2020-2021)

«Bom dia, eu estou a estudar com 8 outras pessoas, uma delas foi fazer o teste do covid, na quinta, e só me disseram que ele tinha no domingo, vim para XXXXX que é onde vivo, e eh tenho exame presencial hoje, às 14h, na fluc, e queria saber se daria para fazer online? que eu só vou fazer o teste amanhã
Obrigado»

Este aluno de Línguas, que entrou na universidade com a classificação de 16 valores, obteve no seu primeiro ano 10 valores nas unidades curriculares em que conseguiu ter êxito. Como explicar casos idênticos a este, que abundam no nosso país, e que revelam um profundo desfasamento entre a qualidade avaliada à saída do ensino secundário e

a qualidade escrutinada no ensino superior? Como explicar que após 12 anos de ensino formal de língua portuguesa, um cidadão português produza um texto tão inadequado comunicativamente, com uma sintaxe tão rudimentar, com uma pontuação tão primária e incorreta? Este é um caso paradigmático, que aqui é trazido por representar muitos outros que hoje em dia acedem ao ensino superior com graves deficiências na sua proficiência em língua portuguesa como LM (Língua Materna). Não raro, alunos Erasmus que frequentam a mesma unidade curricular, e que têm o português como língua não materna, revelam bem melhor proficiência (e metodologias de trabalho) que tais alunos nacionais, os quais ocupam um franja significativa e para os quais as Universidades têm de encontrar soluções eficazes.

Faço notar que precisamente nos dias em que ultimo este texto (Maio 2021), saíram na imprensa portuguesa reflexões por parte de representantes do Ministério da Educação sobre as dificuldades de leitura dos jovens portugueses, que são consideradas preocupantes, uma vez que metade dos alunos portugueses de 15 anos não consegue distinguir entre facto e opinião quando está a navegar na Internet, segundo o relatório "Leitores do séc. XXI: desenvolver competências de leitura num mundo digital", divulgado pela OCDE. O Professor (e linguista) João Costa, secretário de Estado Adjunto e da Educação, em declarações à Lusa, e referindo-se ao novo relatório do *Programme for International Student Assessment* (PISA) de 2018, declarou que «é unânime que tem de haver um esforço muito grande na recuperação de hábitos de leitura e de capacidades de leitura, que são fundamentais». (<https://tvi24.iol.pt/politica/governo/ministerio-da-educacao-alerta-para-preocupantes-dificuldades-de-leitura-dos-jovens>, 4 maio 2021).

Tem sido sugerida, até dentro de algumas universidades, a criação de unidades curriculares de Língua Portuguesa, que proporcionem aos alunos falantes

de português como língua materna as competências linguísticas, textuais e comunicativas que revelam não dominar, quando se trata de interpretar e sobretudo de produzir texto/discurso em português. Não estou segura de que esta seja a solução. Este problema é tanto mais comum quanto mais polarizadas e desiguais estão as sociedades em termos culturais e de (i)literacia, pelo que o problema de base poderia ser atacado de forma mais eficaz se se agisse sobre a sua matriz, ou seja, desde o ensino/aprendizagem pré-primário. Resta saber se a despromoção das assimetrias socioculturais é um desígnio real ou apenas um desígnio virtual, que serve quem mais poder tem e mantém.

No que diz respeito à Faculdade de Letras de Coimbra, na qual o Prof. Carlos Reis iniciou a sua carreira e se jubilou, um cidadão atento estranhará o escasso peso institucional concedido à Língua Portuguesa. Trata-se de uma Faculdade em cujos *Estatutos* se inscreve a incumbência da «promoção, investigação e ensino da língua, cultura e património portugueses», Artigo 2º dos *Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (Republicação do Regulamento nº 161/209, de 22 de Abril Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Diário da República, 2.ª série – N.º 116 – 17 de junho de 2015), pelo que se esperaria que nela a saliência institucional atribuída à Língua Portuguesa fosse inequívoca.

Com a departamentalização da FLUC, foram extintos muitos dos chamados 'Institutos', associados às diferentes áreas de saber. No âmbito das línguas, alguns desses institutos eram o *Instituto de Estudos Alemães*, o *Instituto de Estudos Clássicos*, o *Instituto de Estudos Espanhóis*, o *Instituto de Estudos Franceses*, o *Instituto de Estudos Ingleses*, o *Instituto de Estudos Italianos*, o *Instituto de Estudos Norte-Americanos*, o *Instituto de Língua e Literatura Portuguesa - D. Carolina Michaëlis de*

Vasconcelos, entre outros. Cada um desses institutos funcionava como sala de leitura e de estudo, como biblioteca dos acervos especializados que ia construindo, em alguns casos como sala de seminários de cursos de 2º e 3º ciclo, como institutos de promoção de atividades letivas e de I&D nas áreas sectoriais de cada um. A necessidade de criar mais salas de aulas e a enorme requalificação dos espaços e das bibliotecas da FLUC, levada a cabo nos anos mais recentes, transformou muitas destas antigas salas-bibliotecas em meros espaços para lecionação. Resistiram alguns institutos, como o *Instituto de Estudos Brasileiros* e o *Instituto de Estudos Clássicos*, mas não resistiu um dos mais emblemáticos da FLUC, o *Instituto de Língua e Literatura Portuguesa - D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*.

É certo que a FLUC oferece

- um curso de 1º Ciclo/Licenciatura em *Português* (<https://apps.uc.pt/courses/pt/course/5581>),
- um curso de 2º Ciclo/Mestrado em *Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda* (<https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1440>),
- um curso de 3º Ciclo/*Doutoramento em Linguística do Português* (<https://apps.uc.pt/courses/PT/course/7361>),
- numerosos *cursos de PLE - Português como Língua Estrangeira* (<https://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe>)
- e dispõe do *Celga-Iltec, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada*, unidade de I&D da Universidade de Coimbra (UID FCT: 4887), cuja atividade se centra na investigação e na criação de recursos linguísticos maioritariamente centrados na Língua Portuguesa, nos seus usos e nos seus contactos, na diacronia e na sincronia.

Mas falta na FLUC, como em outras Faculdades de Humanidades do país, uma estrutura institucional que congregue todas as atividades, letivas e de I&D, que têm por escopo a Língua Portuguesa, e que nomeadamente, seja o rosto da abundantíssima oferta de cursos de PLE de que a FLUC dispõe, projetando a UC de forma nunca antes experienciada em terras orientais, por exemplo. A procura de cursos de PLE por parte da China chegou a níveis cimeiros na história dos cursos de PLE (Rio-Torto 2014; Pereira; Santos; Martins, 2019), e também a procura de PLE para alunos ERASMUS atingiu picos inéditos nos vários anos de mobilidade que as universidades portuguesas registam.

As decisões administrativas refletem concepções, ideologias e prioridades de quem as toma, e não deixam por isso de ter leituras e repercussões a vários níveis, desde logo endógenos e exógenos. Neste contexto, a decisão administrativa que se traduziu pela eliminação do *Instituto de Língua e Literatura Portuguesa - D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, suprimiu uma estrutura que, a par com o *Instituto de Estudos Brasileiros*, por exemplo, poderia desempenhar um papel agregador junto de parceiros internacionais, e que as direções dos cursos de Português, como língua materna ou como língua não materna, não têm condições funcionais de cumprir. Tal instituição inscreve-se no âmbito do que está previsto nos mencionados *Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, quando, no seu Artigo 41º, em que se admite que «5 – Os Departamentos podem ainda integrar ou propor a criação de subunidades específicas a fim de responder a determinadas necessidades funcionais ou de intervenção interna ou externa, com a designação de Gabinetes, Núcleos ou Institutos, sem que isso implique novos órgãos departamentais, para além dos previstos nestes Estatutos.».

A situação é tanto mais clamorosa no 7º piso, onde se concentravam as duas salas maiores afectas aos estudos

sobre a Língua Portuguesa – o *Instituto de Língua e Literatura Portuguesa* – D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e a sala onde estava sediado o *Celga, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada*, há poucos anos totalmente requalificada. Pois há cerca de três anos ambas estas salas foram suprimidas, com as funções que desempenhavam. Nelas se reuniam docentes e/ou nelas se reuniam alunos, em ambiente mais formal, mas também de maior coloquialidade, nela se estudava e se davam aulas rodeados pelos livros, num contexto propício à reflexão e à interatividade.

Todos estes espaços de estudo e de convivialidade foram eliminados, ficando assim os docentes e estudantes de Língua Portuguesa deles privados. Porque assim aconteceu em relação à Língua Portuguesa, mas não aos *Estudos Clássicos* ou aos *Estudos Brasileiros*, para apenas mencionar estes dois? Porque têm os alunos e os professores destas áreas direito a espaços de estudo e de encontro, mas tal não existe para os docentes e discentes de Língua Portuguesa? Qual o interesse e o alcance estratégico da supressão dessas valências? Porquê e para quê tal segregacionismo a que foram votados os espaços simbólicos e funcionais adstritos à Língua Portuguesa? Serão benéficas políticas deste tipo para a vasta comunidade da FLUC que trabalha e estuda a Língua Portuguesa? Para os docentes e discentes de Língua portuguesa com a memória destes espaços de trabalho e de partilha, tão repletos de simbolismo, fica o vazio que a sua eliminação convoca, vazio tanto maior quanto esses lugares guardam um profundo significado comunitário e identitário, tecido ao longo de muitos anos, e agora abruptamente apagados.

Outro aspeto a merecer reflexão prende-se com as condições laborais da lecionação dos cursos de PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA que, em 2016, representava por ano milhares de horas letivas (Rio-Torto 2016). Esta é

assegurada por alguns dos docentes de carreira da FLUC (com uma unidade curricular por semestre) e por um numeroso contingente de docentes convidados que, no presente, ascendem a mais de uma vintena.

Remonta aos anos 90 a intensificação e diversificação da procura do ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA da FLUC por parte de aprendentes não nacionais. Desde então, e face às necessidades docentes, a FLUC vem recrutando docentes convidados, alguns dos quais a tempo inteiro, há mais de duas décadas, os quais viram recentemente gorada a sua expectativa de, correspondendo a necessidades permanentes de recursos humanos da UC, serem integrados nos seus quadros. Os dados de 2013-2016, que compilei (Rio-Torto 2016), revelam que só o *Curso Anual do CALCPE* se caracterizava por um carga letiva global de 324h/semana, distribuídas por 18 turmas nos dois semestres, cada uma das quais beneficiária de 18h letivas/semana. No ano letivo de 2016, o total de horas contratualizado pela FLUC junto de docentes convidados para as unidades curriculares de Língua Portuguesa do *Curso Anual de Português como Língua Estrangeira* (e apenas deste) ascendeu a 4800h/ano. O serviço letivo de cada docente convidado não doutorado, num regime de 100%, envolvia então cerca de seis centenas de horas letivas por ano; tal situação contratual e laboral impede o exercício de uma das dimensões identitárias das instituições universitárias: a da indissociabilidade entre docência e investigação, sem a qual o incremento e a inovação do conhecimento científico ficam comprometidos. Não obstante, o universo de docentes conta agora com numerosos doutorados – convidados, é certo – pela Universidade de Coimbra e por outras universidades nacionais, cujo sentido profissional é inexcedível. A procura crescente não pode deixar de estar relacionada com o reconhecimento internacional da qualidade dos cursos de PLE, à qual não é alheio a profissionalismo e a qualidade académica do corpo docente que os ministra.

Dada a sua vasta experiência, em alguns casos internacional, de alguns destes docentes, a instituição muito beneficiaria da produção de conhecimento e de recursos linguísticos por parte destes professores especializados na área do ENSINO DE PLE, que em várias universidades congêneres estrangeiras constitui uma secção ou um departamento autónomo, refletindo a aposta destas na valorização do ensino e investigação das suas línguas maternas como línguas estrangeiras ou segundas. Quem sabe se um dia assim também não será na FLUC.

Para terminar com uma nota otimista, gostaria de salientar que algo vai sendo melhorado no tocante à oferta formativa da FLUC relacionada com a Língua Portuguesa. Tal como se encontra presentemente desenhado, o curso de 1º ciclo de **Português** oferece apenas 2 unidades curriculares obrigatórias de Linguística (*Semântica do Português* e *Sintaxe do Português*), e 5 unidades curriculares opcionais de Linguística, num total de 25 unidades opcionais, perfazendo portanto a oferta curricular na área das ciências de linguagem apenas 25% do total.

Tal disparidade – 75% de unidades curriculares de Literatura e de Cultura Portuguesas vs. 25% de unidades curriculares de Linguística do Português – não apenas mitiga a diversidade e a heterogeneidade formativa que uma licenciatura deve proporcionar, como não está em linha com o que de uma universidade global e atualizada se espera que faculte. A representatividade dos estudos de Linguística e, em particular, dos de Linguística do Português, nos cursos de banda larga como os que a *REFORMA DA OFERTA FORMATIVA 2015 DA FLUC* consagrou, é menor da que já existia antes desta reforma ter tido lugar, tendo havido redução de unidades curriculares antes disponibilizadas. Porque o número de unidades curriculares de Linguística do Português no curso de *Português* é pouco compaginável com os desígnios da

Universidade de Coimbra, que explicita nos seus estatutos, no seu Artigo 5.º, o desiderato de ter como missão maior: «b) A promoção e valorização da língua e da cultura portuguesas; c) A realização de investigação fundamental e aplicada e do ensino dela decorrente [...]» (cf. Diário da República, 2.ª série – N.º 168 – 1 de Setembro de 2008), está em discussão e, espera-se, em aprovação, uma ampliação da oferta formativa de Linguística do Português numa Licenciatura centrada no nosso idioma e suas manifestações culturais e literárias.

Uma universidade tão plurissecular, com tantas responsabilidades na génese e na história da Língua Portuguesa, na sua difusão no mundo, na formação de quadros especializados espalhados por todo o planeta, certamente saberá criar as condições para encarar os múltiplos desafios que a esta área se colocam, e que interpelam a (FL)UC a olhar com redobrada atenção para a Língua Portuguesa como um desígnio e um património maior, a cujos destinos a Universidade-Património Mundial da UNESCO dará o relevo que a 'Língua de Camões' merece.

Referências

- Castro, Ivo de (2010). "As Políticas Linguísticas do Português". In *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística.
- Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (Republicação do Regulamento nº 161/209, de 22 de Abril. Estatutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Diário da República, 2.ª série – N.º 116 – 17 de junho de 2015).
- Feytor Pinto, Paulo; Sílvia Melo-Pfeifer 2019. *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel.
- Leviski, Charlott Eloize (2018). "O governo da língua: implicações do conceito de gestão na política linguística". *Revista da ABRALIN*, 17.2: 294-331.
- Oliveira, Gilvan Müller de (2013). "Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI". *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, 52.2): 409-433.
- Pereira, Isabel; Santos, Isabel Almeida; Martins, Cristina (2019). "Da tradição à modernidade: ensino, formação e investigação em português L2 na Universidade de Coimbra". In *Português Língua Estrangeira em Contextos Universitários: experiências de ensino e de formação docente*, 95-120. Campinas: Mercado de Letras.

Reis, Carlos coord., Ana Paula Laborinho, Isabel Leiria, Mário Filipe, Fátima Pinhiero (2010), *A internacionalização da língua portuguesa: para uma política articulada de promoção e difusão*. Lisboa: Ministério da Educação. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Reis, Carlos (2010). "Política de língua precisa de vontade política bem determinada e bem orientada". *Diário de Notícias* 21 Julho 2010.

Reto, Luís (2012). *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

Rio-Torto, Graça (2014). ed., *90 anos de ensino de 'Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros' na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rio-Torto, Graça (2016). *Relatório de atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de Português como Língua Estrangeira da Faculdade de Letras de Coimbra (triénio 2013-2016)*. <http://hdl.handle.net/10316/94889>

<https://www.instituto-camoes.pt/activity/parcerias/empresas-promotoras-da-lp>

<https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/lingua-e-cultura-portuguesas>.